

Alerta Legislação, nº 5, de 02 a 07 fevereiro de 2015

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA

■ **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.545, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015**

Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2015, ano-calendário de 2014, pela pessoa física residente no Brasil.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 61.117, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015**

Acrescenta dispositivos ao Regulamento da outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, aprovado pelo [Decreto nº 41.258, de 31 de outubro de 1996](#), e dá providências correlatas

■ **DECRETO Nº 61.116, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015**

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à Administração Direta e Autarquias, relativo aos dias que especifica e dá providências correlatas

■ **DECRETO Nº 61.111, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015***

Institui, sob a coordenação da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, o Comitê de Crise Hídrica no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo e dá providências correlatas

**(Publicado novamente por ter saído com incorreções)*

SECRETARIA DA CULTURA

■ **RESOLUÇÃO SC-12, DE 06-02-2015**

Institui instrumento que declara "Lugar de Interesse Cultural" e dá outras providências

[...]

Artigo 3º - Podem ser declarados como "Lugar de Interesse Cultural":

I. Lugares que se tornaram uma parte identificadora da cultura paulista, como cinemas, cafés, teatros, livrarias, restaurantes, confeitarias, entre outros.

II. Lugares onde se desenvolveram atividades com extrema relevância e representatividade cultural, mas não se encontram em atividade.

[...]

SECRETARIA DA FAZENDA - SPPREV

■ **PORTARIA SPPREV 020, DE 04-02-2015**

Dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
05/02/2015	<u>DECRETO Nº 8.401, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias e altera o Decreto nº 4.550, de 27 de dezembro de 2002, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004. <u>DECRETO Nº 8.400, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Estabelece os pontos apropriados para o traçado da Linha de Base do Brasil ao longo da costa brasileira continental e insular e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2015</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 658, de 29 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 3 de fevereiro de 2015 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2015</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 655, de 25 de agosto de 2014, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.400.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de fevereiro do corrente ano. Congresso Nacional, em 3 de fevereiro de 2015 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Judiciário	<u>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.169 (3)</u> ORIGEM : ADI - 28521 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PROCED. : SÃO PAULO R E L A T O R : MIN. MARCO AURÉLIO REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ROBERTO BARROSO REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO A D V. (A / S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 10.877, de 10 de setembro de 2001, do Estado de São Paulo [...]
Presidência da República (PR)	<u>CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)</u> <u>PORTARIA Nº 305, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Tornar público, na forma do Anexo a esta Portaria, o resultado do quadragésimo Sorteio de Municípios que selecionou 60 unidades municipais, com população de até 100.000 habitantes, nos quais será objeto de fiscalização a aplicação de recursos públicos federais, conforme previsto na Portaria nº 224, de 28/01/2015. [...]
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<u>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA)</u> <u>PORTARIA Nº 5, DE 29 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa, com vistas a revisão da Instrução Normativa nº 30 de 27 de setembro de 1999 que aprova o regulamento técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade para a bebida dietética e a de baixa caloria. [...]
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	<u>COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CTNBio)</u> <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Altera o inciso IV do art. 5º, inclui o inciso XVII no art. 8º, altera o caput do art. 9º e os incisos II, IV e VI do art. 11, acrescenta o parágrafo único ao art. 16 e os arts. 17-A e 17-B, altera o item 6 e acrescenta o item 14 ao Anexo; altera os itens 3, 5 e 13 e acrescenta o item 17 ao Modelo de Relatório de Atividades do Anexo da Resolução Normativa nº 1, de 20 de junho de 2006(*). (*) <i>Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança (CIBios) e sobre os critérios e procedimentos para requerimento, emissão, revisão, extensão, suspensão e cancelamento do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB).</i>
Ministério da Defesa (MD)	<u>GABINETE DO MINISTRO (GM)</u> <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 309/MD, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2015.

	<u>PORTARIA NORMATIVA Nº 297/ EMCFA/ MD, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Aprova o Manual de Mobilização Militar - MD41-M-02 (1a Edição/2015). <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 232/MD, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Aprovar a Diretriz Ministerial que estabelece as orientações para as ações gerais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas em apoio às atividades dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, em conformidade com o Ato Olímpico estabelecido pela Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, e regulamentações decorrentes, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa
Ministério da Educação (MEC)	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 30, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a reabertura de prazo para a realização de aditamento de suspensão temporária e sobre a definição de prazo para a realização de aditamento extemporâneo de contrato de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 4, DE 28 DE JANEIRO DE 2015</u> Substitui a Portaria nº. 53, de 26 de novembro de 2014 e autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil aos municípios e ao Distrito Federal que pleitearam e estão aptos para pagamento, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>EDITAL Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> ADESÃO AO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISUTEC [...] torna público o cronograma e demais procedimentos para a adesão ao Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica - SISUTEC em cursos técnicos subsequentes, para ingresso no primeiro semestre de 2015. [...]
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 30, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre as instituições <i>dealers</i> da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública e do Departamento de Operações do Mercado Aberto. → Diretoria de Política Monetária → Departamento de Operações do Mercado Aberto <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.692, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Estabelece os procedimentos para a seleção das instituições credenciadas a operar como <i>dealers</i> com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab). SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.545, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2015, ano-calendário de 2014, pela pessoa física residente no Brasil. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 202, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 148, de 26 de janeiro de 2015, que dispõe sobre o pagamento ou o parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido decorrentes de ganho de capital, de que trata o art. 42 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, na redação dada pelo art. 145 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. → Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) pelas empresas que concomitantemente sejam optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), enquadradas no código 736 do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), e que não sejam tributadas na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Ministério da Justiça (MJ)	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS (SESGE) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Cria e disciplina a Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 no estado do Rio de Janeiro - COESRIO2016. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (SNJ) → Departamento de Estrangeiros <u>PORTARIA Nº 7, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Estabelece e institui documentos necessários à instrução dos processos administrativos que regem o Estatuto de Igualdade entre Portugueses e Brasileiros. <u>PORTARIA Nº 6, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Estabelece e institui documentos necessários à instrução de processos administrativos de naturalização. <u>PORTARIA Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Estabelece e institui documentos necessários à instrução de processos de alteração de assentamentos e averbação de nacionalidade constantes do registro de estrangeiros. → Comitê Nacional Para os Refugiados (CONARE) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre o Projeto de Migração Regional e Inserção Sócio Econômica de Refugiados.

Ministério da Previdência Social (MPS)	SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO Nº 19, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão Previdência Complementar, e dá outras providências.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 59, DE 29 DE JANEIRO DE 2015</u> Atualiza, para o ano de 2015, os valores dos repasses de recursos financeiros federais do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde para Estados, Municípios e Distrito Federais destinados à execução das ações de vigilância sanitária, em função do ajuste populacional de que trata o art. 8º, da Portaria nº 475/GM/MS, de 31 de março de 2014. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 5, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre regra de transição de lágrimas artificiais e ou lubrificantes oculares da categoria de produtos para a saúde para a categoria de medicamentos. → Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 369, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 13040159 (Val 03/2015) do medicamento ACEBROFILINA 50mg/5mL, xarope, cujo registro pertence à empresa Medley Farmacêutica Ltda. (50929710/0001-79). [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 339, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 4897 (Val 08/2015) do produto SERINGA DE EMBOLO QUEBRÁVEL SEM AGULHA INJEX, 3ML BICO LUER LOCK, fabricado pela empresa Injex Indústrias Cirúrgicas Ltda. (CNPJ: 59309302/0001-99). [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 338, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão de todas as publicidades ao produto Polivitamínico e Polimineral <i>BIOMEGA ENERGY - Prime Line</i> que atribuam propriedades não estabelecidas pela legislação sanitária vigente. [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 337, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...]

	Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 1574 (Fab 01/2014 - Val 24 meses) do cosmético HYGIPART GEL ANTISSEPTICO (GEL ALCOÓLICO ANTISSEPTICO), frasco de 500 mL/440g, fabricado por Kelldrin Industrial Ltda. (CNPJ: 03.237.990/0001-74). [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 336, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes BS01A9H, BS01A70, BS01AA5, BS01AA6 e BS01AK9 do medicamento YAZ (drospirinona + clatrato de etinilestradiol betaciclodextrina), 3 mg + 0,02 mg, 24 comprimidos revestidos, identificados com prazo de validade 09/2017, fabricados por Bayer S.A. (CNPJ: 18459628/0001-15). [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 323, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação do medicamento RIFAMICINA 10 MG/ML SOLUÇÃO TÓPICA SPRAY, pela empresa EMS S/A em desacordo com o registro do produto na Anvisa. [...] AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO OPERACIONAL-RO Nº 1.764, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da Operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 103, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Altera o valor de procedimentos de quimioterapia de leucemia mieloide crônica, linfoma difuso de grandes células B e linfoma folicular. SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA Nº 9, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Divulga a relação de Municípios que celebraram o Termo de Compromisso com este Ministério da Saúde, para adesão aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério as Saúde.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Divulga a seleção, em caráter extraordinário, de proposta apresentada, pelo Estado de São Paulo, para execução de ações de saneamento básico, modalidade abastecimento de água, e estabelece procedimento para habilitação e contratação da operação de crédito a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

	<u>RESOLUÇÃO Nº 518, DE 29 DE JANEIRO DE 2015(*)</u> Estabelece os requisitos de instalação e os procedimentos de ensaios de cintos de segurança, ancoragem e apoios de cabeça dos veículos automotores. (*) Republicada por ter saído, no DOU de 2-2-2015, Seção 1, pág. 96, com incorreção no original. <u>RESOLUÇÃO Nº 520, DE 29 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre os requisitos mínimos para a circulação de veículos com dimensões excedentes aos limites estabelecidos pelo CONTRAN. <u>RESOLUÇÃO Nº 519, DE 29 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre os procedimentos para avaliação dos sistemas de freios de veículos. <u>RESOLUÇÃO Nº 518, DE 29 DE JANEIRO DE 2015</u> Estabelece os requisitos de instalação e os procedimentos de ensaios de cintos de segurança, ancoragem e apoios de cabeça dos veículos automotores. Vide republicação
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.856, DE 3 FEVEREIRO DE 2015</u> Homologa as quotas anuais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2015 e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.852, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2015 e fixa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.851, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2015 e fixa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.850, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2015 e fixa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.849, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2015 e fixa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Luz e Força de Mococa - CPFL Mococa e dá outras providências.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 6, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Torna público o Regimento Interno do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, instituído pela Portaria nº 381, de 17 de novembro de 2009.
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 10, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Contemplar os 12 (doze) atletas Paraolímpicos que tiveram sua permanência e seus planos esportivos aprovados no âmbito do Programa Atleta Pódio, relacionados no Anexo Único desta Portaria. [...]
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 18, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Institui o Plano Anual de Capacitação 2015 dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 86, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a redução temporária do limite mínimo à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul, e da redução temporária da descarga mínima a jusante dos reservatórios de Santa Branca, no Rio Paraíba do Sul, e de Jaguari, no Rio Jaguari. <u>RESOLUÇÃO Nº 85, DE 29 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a prorrogação da redução temporária da descarga mínima defluente dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO Nº 466, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos e dá outras providências.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 15, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2015, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) → Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas <u>PORTARIA Nº 22, DE 22 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionado, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise do respectivo processo.

	[...]
Poder Judiciário	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) <u>PORTARIA Nº 6, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Regulamenta a aplicação da Resolução Normativa nº 110/2014, do Conselho Nacional de Imigração, que autoriza a concessão de permanência de caráter provisório, a título especial, a estrangeiros que sejam réus em processos criminais ou estejam cumprindo pena no Território Nacional SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) → Conselho da Justiça Federal (CJF) <u>PORTARIA Nº 562, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre os serviços de telecomunicações do Conselho da Justiça Federal.
Poder Legislativo	CÂMARA DOS DEPUTADOS FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS CNPJ 26.994.574/0001-16 <u>BALANÇOS FINANCEIROS</u> RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de novembro de 2014. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.
Tribunal de Contas da União (TCU)	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>RESOLUÇÃO Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.116, DE 23 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 2.068/2013, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.071, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a normatização de documentos emitidos pelos serviços veterinários de clínica e cirurgia destinados aos animais de companhia, com relação a declarações, atestados, autorizações e/ou solicitações dos responsáveis pelos animais submetidos a procedimentos.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
07/02/2015	<u>DECRETO Nº 61.117, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Acrescenta dispositivos ao Regulamento da outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, aprovado pelo Decreto nº 41.258, de 31 de outubro de 1996, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.116, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à Administração Direta e Autarquias, relativo aos dias que especifica e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.110, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Cria a Faculdade de Tecnologia – FATEC de Santana de Parnaíba, no Município de Santana de Parnaíba, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS e dá providências correlatas <i>(Publicado novamente por ter saído com incorreções)</i>
06/02/2015	<u>LEI Nº 15.691, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 246/13, do Deputado João Caraméz - PSDB) Obriga as empresas prestadoras de serviços rodoviários intermunicipais de transporte público de passageiros a prestarem informações sobre segurança e emergência, na forma que especifica <u>DECRETO Nº 61.115, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Institui, sob a coordenação do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP, no âmbito do Programa Estadual “São Paulo Amigo do Idoso”, o Projeto “Viva Mais” e dá providências correlatas
05/02/2015	<u>LEI Nº 15.690, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 922/13, da Deputada Leci Brandão - PC do B) Declara o samba patrimônio cultural imaterial do Estado <u>DECRETO Nº 61.111, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015*</u> Institui, sob a coordenação da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, o Comitê de Crise Hídrica no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo e dá providências correlatas <i>*(Publicado novamente por ter saído com incorreções)</i>
04/02/2015	DECRETO Nº 61.110, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015 Cria a Faculdade de Tecnologia — FATEC de Santana de Parnaíba, no Município de Santana de Parnaíba, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" — CEETEPS e dá providências correlatas Vide republicação em 07/02/2015 <u>DECRETO Nº 61.105, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

	<u>DECRETO Nº 61.104, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS
03/02/2015	<u>DECRETO Nº 61.100, DE 30 DE JANEIRO DE 2015</u> Retificação do D.O. de 31-1-2015 No referendo leia-se como segue e não como constou: Palácio dos Bandeirantes, 30 de janeiro de 2015 GERALDO ALCKMIN Marcos Antonio Monteiro Secretário de Planejamento e Gestão Aloísio de Toledo César Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania Antonio Floriano Pereira Pesaro Secretário de Desenvolvimento Social Edson Aparecido dos Santos Secretário-Chefe da Casa Civil Saulo de Castro Abreu Filho Secretário de Governo Publicado na Secretaria de Governo, aos 30 de janeiro de 2015 <u>DECRETO Nº 61.103, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-12, DE 06-02-2015</u> Institui instrumento que declara “Lugar de Interesse Cultural” e dá outras providências [...] Artigo 3º - Podem ser declarados como "Lugar de Interesse Cultural": I. Lugares que se tornaram uma parte identificadora da cultura paulista, como cinemas, cafés, teatros, livrarias, restaurantes, confeitarias, entre outros. II. Lugares onde se desenvolveram atividades com extrema relevância e representatividade cultural, mas não se encontram em atividade. [...] <u>RESOLUÇÃO SC 11, DE 04-02-2015</u> Dispõe sobre alteração da Resolução SC-63, de 21-10-1982, publicada no D.O. de 22-10-1982, referente ao tombamento do Teatro Brasileiro de Comédia, nesta Capital <u>RESOLUÇÃO SC 10, DE 04-02-2015</u> Dispõe sobre alteração da Resolução SC-26, de 23-07-1981, publicada no D.O. de 13-05-1982, referente ao tombamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Cidade Universitária, nesta Capital

Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 5, DE 4-2-2015</u> Prorroga o prazo de que trata o caput do art. 3º da Resolução SE 51, de 30-9-2014(*) (*) <i>Institui instância especial para elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação</i>
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/SMA 01, DE 04-02-2015</u> Altera a Resolução Conjunta SF/SMA-01/09, de 27-11-2009, que divulga a relação de atividades sujeitas à Licença de Instalação da CETESB para fins de inscrição ou alteração no Cadastro de Contribuintes do ICMS COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00004, DE 02-02-2015</u> [...] Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de JANEIRO/2015 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária no dia 06-02-2015. [...] SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV 020, DE 04-02-2015</u> Dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo
Governo (SG)	UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) Comunicado PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS <u>COMUNICADO</u> Artigo 115 da CE - Suplemento Especial A Unidade Central de Recursos Humanos, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado) COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2014, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 30 de abril de 2015, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 5º, da Constituição Estadual.
Planejamento e Gestão (SPG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG-7, DE 02-02-2015</u>

Antiga SPDR	Delega competências relativas à Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde - CAAS, ao Coordenador do órgão central de recursos humanos DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>COMUNICADO DETF-2, DE 05-02-2015</u> Dispõe sobre a não aplicabilidade do inciso IV, do artigo 138, do CTB, aos condutores que já exercem atividade de transporte de escolares INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE) ↳ Superintendência <u>PORTARIA IAMSPE-1, DE 28-01-2015</u> O Superintendente do Iamspe considerando o estudo realizado pela Comissão Tabela Iamspe, criada pela Portaria Iamspe 13 de 04-06-2012, determina: Art.1º - Publicação da Tabela Iamspe de Órteses e Prótese Ambulatorial 2015. TABELA IAMSPE 2015 - ÓRTESE E PROTESE AMBULATORIAL [...]
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	CENTRO DE ESTUDOS (CEPGE) <u>RESOLUÇÃO PGE 1, DE 4-2-2015</u> Altera dispositivos da Resolução PGE 68, de 11-10-2011, que disciplinou a implantação da Gratificação de Atividade Especial – GAE no âmbito da Procuradoria Geral do Estado
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 10 DE 5-2-2015</u> Classifica a função de serviço público que especifica para fins de atribuição de gratificação “Prólabore” e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 9, DE 2-2-2015</u> Cria Comitê de Gestão do uso racional da água na Secretaria da Saúde e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS 08, DE 03-02-2015</u> Institui no âmbito do Gabinete do Secretário o Núcleo de Controladoria Interna - NUCI e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS-06, DE 03-02-2015</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o Parágrafo 3º, do Artigo 6º, da Lei Complementar 846, de 04-06-1998 e dá providências correlatas
Secretaria de Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-3, DE 06/12/15</u> Prot. GS-4679/14 Dispõe sobre o registro de ocorrências de crimes de furto e roubo de aparelho de telefonia móvel celular e dá outras providências POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) ↳ Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Guimarães Pereira (DGP)

	<u>PORTARIA DGP-3, DE 29-01-2015</u> Dispõe sobre o fluxo de informações e o procedimento dos policiais civis que atuam na Central de Acompanhamento de Denúncias, do Serviço Disque Denúncia
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) <u>PORTARIA PRCEU-1, DE 4-2-2015</u> Constitui o Comitê Gestor e Executivo para a Virada Científica, evento promovido pela Universidade de São Paulo, e dá outras providências ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG-7.039, DE 5-2-2015</u> Dispõe sobre subdelegação de competência às Unidades, Institutos Especializados e Museus para a formalização de convênios, contratos em que a USP figura como contratada e outros ajustes do gênero, com objeto preponderante de Graduação
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 04-02-2015</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os Defensores Públicos ocupantes dos cargos de Nível IV para o Nível V da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2015 <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 03-02-2015</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os Defensores Públicos ocupantes dos cargos de Nível III para o Nível IV da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2015 SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO CONJUNTO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO E DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, Nº 02, DE 22-1-2015</u> Organiza a distribuição de processos eletrônicos alocados nos Departamentos Estaduais de Execução Criminal pelos Oficiais de Defensoria Pública <u>ATO CONJUNTO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO E DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO N. 03, DE 03-02-2015</u> Regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em revisões criminais e dá outras providências
Ministério Público do Estado (MP)	AVISOS <u>AVISO DE 21-01-2015</u> nº 19/2015 – PGJ O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo AVISA que está em vigor a <u>Lei 13.089, de 12-01-2015</u>, que institui o Estatuto da Metrópole, prevendo

	a obrigação de elaboração, pelos órgãos de governança interfederativa de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, de Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, com participação da sociedade civil e acompanhamento pelo Ministério Público. AVISA, ainda, que, para as regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas instituídas após o advento da Lei 13.089/15, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado deverá ser elaborado no prazo de 3 (três) anos contados de sua criação; para as regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas já existentes, o prazo é de 3 (três) anos contados da data de entrada em vigor da citada lei. AVISA, também, que os Municípios devem compatibilizar os respectivos Planos Diretores ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, no prazo de 3 (três) anos contados da aprovação deste. AVISA, finalmente, que a não observância dos prazos referidos poderá acarretar a responsabilização por improbidade administrativa de governadores, prefeitos e agentes públicos, nos termos do artigo 21 da Lei 13.089/15. O texto da referida Lei Federal poderá ser acessado através do seguinte caminho: Áreas de Atuação > Urbanismo e Meio Ambiente > Legislação Federal > Leis Federais. (REPUBLICADO POR NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO - D.O. de 22, 24 e 27-01-2015)
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
07/02/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2015</u> Revoga o Parágrafo 1º do Artigo 1º da lei 15.626/2014(*) (*) <i>Torna obrigatória a presença de farmacêutico responsável técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e de insumos farmacêuticos</i>
06/02/2015	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2015</u> Dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar 207, de 05 de janeiro de 1979. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - Acrescente-se ao artigo 47 da Lei Complementar nº 207, de 05 de janeiro de 1.979, o seguinte Parágrafo único: Artigo 47 - "Parágrafo único - Será computado, para todos os efeitos legais, inclusive promoção, exceto para efetivação, o tempo em que o policial civil estiver afastado para tratamento da própria saúde, ou para tratamento de doença em razão de moléstia profissional ou lesão recebida em serviço." [...] DOE, Legislativo, 06/02/2015, p. 8 MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 114, DE 2013</u> [...] De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a fazer constar em todos os editais de licitação de obras públicas e em todos os contratos diretos e indiretos realizados com o mesmo fim, promovidos pela Administração Pública estadual, cláusula que traga a

	exigência de que a empresa contratada reserve 5% (cinco por cento) das vagas de emprego na área de construção de obras públicas e prestação de serviços, para os mesmos fins, para presos em regime de cumprimento de pena semiaberto e egressos do Sistema Penitenciário, desde que a reserva seja compatível com o exercício das funções objeto dos contratos. [...] DOE, Legislativo, 06/02/2015, p. 7
05/02/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2015</u> Dispõe sobre a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicação e similares nos estabelecimentos financeiros do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 05/02/2015, p. 18 MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2008</u> Mensagem A-nº 012/2015, do Senhor Governador do Estado [...] De iniciativa parlamentar, a propositura estabelece a possibilidade de o policial civil aposentado por invalidez e o policial militar reformado serem empregados em atividades internas da Polícia Civil e da Polícia Militar. [...] DOE, Legislativo, 05/02/2015, p. 18 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 519, DE 2014</u> Mensagem A-nº 013/2015, do Senhor Governador do Estado [...] De origem parlamentar, a proposta obriga os hospitais-maternidade da rede pública e da rede privada a realizar, gratuitamente, em todas as crianças nascidas em suas dependências, o exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas, também conhecido como "Teste da Orelhinha". [...] DOE, Legislativo, 05/02/2015, p. 18
04/02/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 6, DE 2015</u> Dispõe sobre a implantação do ONCO CKECK-UP obrigatório para pessoas a partir dos quarenta anos de idade no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 04/02/2015, p. 20 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG Nº05/2015 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público o resumo de suas atividades finalísticas no exercício de 2014. Os quadros que seguem demonstram a natureza e o número de processos instruídos pela fiscalização nas áreas estadual e municipal, a natureza e quantidade de processos julgados singularmente e pelos Colegiados da Casa, as contas de Prefeituras e Câmaras e os motivos determinantes de rejeição. São demonstradas as multas aplicadas e o correspondente

	número de UFESPs, o número de condenações para devolução de importâncias e de comunicações ao Ministério Público. Há também o número de entidades do Terceiro Setor visitadas pela fiscalização. Importante observar que é possível comparar a atividade dos últimos cinco exercícios consecutivos. [...] DOE, Legislativo, 04/02/2015, p. 27
03/02/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2015</u> Determina a fixação de comunicados visíveis nos Cartórios de Registro de Imóveis, dispondo a respectiva tabela sobre descontos para pagamentos de registro de imóvel e dá outras providências. [...] Artigo 1º Todos os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo, ficam obrigados a afixar de forma visível e com destaque na entrada do estabelecimento, comunicado aos usuários com a seguinte informação: “Verifique se seu imóvel se enquadra como habitação de interesse social, e/ou nos descontos da lei vigente.” [...] DOE, Legislativo, 03/02/2015, p. 20 <u>PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2015</u> Regula a distribuição de sacolas plásticas para acondicionamento de mercadorias fornecidas por estabelecimentos comerciais. [...] Artigo 1º - As sacolas plásticas destinadas ao acondicionamento de produtos comercializados, no atacado ou no varejo, pelos estabelecimentos comerciais situados no estado de São Paulo, deverão ser distribuídas com as características previstas nesta lei. [...] DOE, Legislativo, 03/02/2015, p. 20 <u>PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2015</u> Mensagem A-nº 003/2015, do Senhor Governador do Estado [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembléia, o incluso projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, na forma que especifica. [...] DOE, Legislativo, 03/02/2015, p. 20
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
05/02/2015	<u>DECRETO Nº 55.888, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u> Estabelece as regras para expedição de Certidões de Potencial Construtivo Transferido, nos termos do parágrafo único do artigo 132 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

	<u>DECRETO Nº 55.887, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015</u>
--	--

	Altera o "caput" do artigo 39 do Decreto nº 55.839, de 16 de janeiro de 2015 , que fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2015.
--	--

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107